



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

## Analista Judiciário Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo C03, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Discursiva - Redação

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, à tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Novembro/2008

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

***Da timidez***

*Ser um tímido notório é uma contradição. O tímido tem horror a ser notado, quanto mais a ser notório. Se ficou notório por ser tímido, então tem que se explicar. Afinal, que retumbante timidez é essa, que atrai tanta atenção? Se ficou notório apesar de ser tímido, talvez estivesse se enganando junto com os outros e sua timidez seja apenas um estratagema para ser notado. Tão secreto que nem ele sabe. É como no paradoxo psicanalítico: só alguém que se acha muito superior procura o analista para tratar um complexo de inferioridade, porque só ele acha que se sentir inferior é doença.*

*Todo mundo é tímido, os que parecem mais tímidos são apenas os mais salientes. Defendo a tese de que ninguém é mais tímido do que o extrovertido. O extrovertido faz questão de chamar atenção para sua extroversão, assim ninguém descobre sua timidez. Já no notoriamente tímido a timidez que usa para disfarçar sua extroversão tem o tamanho de um carro alegórico. Segundo minha tese, dentro de cada Elke Maravilha\* existe um tímido tentando se esconder, e dentro de cada tímido existe um exibido gritando: “Não me olhem! Não me olhem!”, só para chamar a atenção.*

*O tímido nunca tem a menor dúvida de que, quando entra numa sala, todas as atenções se voltam para ele e para sua timidez espetacular. Se cochicham, é sobre ele. Se riem, é dele. Mentalmente, o tímido nunca entra num lugar. Explode no lugar, mesmo que chegue com a maciez estudada de uma noviça. Para o tímido, não apenas todo mundo mas o próprio destino não pensa em outra coisa a não ser nele e no que pode fazer para embaraçá-lo.*

\* Atriz de TV muito extrovertida, identificada pela maquiagem e roupas extravagantes.

(Luís Fernando Veríssimo, **Comédias para se ler na escola**)

1. Na abordagem da timidez, o autor se vale de contradições e paradoxos para demonstrar que
  - (A) o comportamento dos extrovertidos revela seu desejo de serem notados.
  - (B) as atitudes de um tímido derivam de seu complexo de superioridade.
  - (C) a timidez e a extroversão não podem ser claramente distinguidas.
  - (D) o tímido opõe-se ao extrovertido porque assim ninguém o reconhece.
  - (E) os extrovertidos são habitualmente reconhecidos como tímidos notórios.

---

2. Considerando-se o contexto do primeiro parágrafo, deduz-se da frase *só ele acha que se sentir inferior é doença* que, na opinião do autor,
  - (A) a timidez leva ao complexo de inferioridade.
  - (B) o sentimento de inferioridade não é uma anomalia.
  - (C) o complexo de inferioridade não tem tratamento.
  - (D) o sentimento de inferioridade é próprio dos tímidos.
  - (E) a timidez é um disfarce para os muito extrovertidos.

---

3. Reconhece-se como em si mesma paradoxal a seguinte expressão do texto:
  - (A) *retumbante timidez.*
  - (B) *Todo mundo é tímido.*
  - (C) *maciez estudada.*
  - (D) *tem horror a ser notado.*
  - (E) *faz questão de chamar atenção.*

---

4. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas em:
  - (A) Costumam haver nas pessoas extrovertidas traços marcantes de timidez.
  - (B) Não se devem imputar aos muito tímidos a culpa por sua notoriedade.
  - (C) Não deixam de ocorrer a um tímido as vantagens de sua timidez.
  - (D) Interessam a certos extrovertidos encobrir aspectos de sua timidez.
  - (E) O fato de serem tímidas não impossibilitam as pessoas de serem notadas.

<p>5. Transpondo-se para a voz passiva o segmento <i>ninguém descobre sua timidez</i>, a forma verbal resultante será:</p> <p>(A) não terá descoberto.          (B) não será descoberta.          (C) não terá sido descoberta.          (D) não é descoberta.          (E) não tem descoberto.</p>	<p><b>Atenção:</b> As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.</p> <p style="text-align: center;"><b><i>Duas linguagens</i></b></p> <p><i>Na minha juventude, tive um grande amigo que era estudante de Direito. Ele questionava muito sua vocação para os estudos jurídicos, pois também alimentava enorme interesse por literatura, sobretudo pela poesia, e não achava compatíveis a linguagem de um código penal e a freqüentada pelos poetas. Apesar de reconhecer essa diferença, eu o animava, sem muita convicção, lembrando-lhe que grandes escritores tinham formação jurídica, e esta não lhes travava o talento literário.</i></p> <p><i>Outro dia reencontrei-o, depois de muitos anos. É juiz de direito numa grande comarca, e parece satisfeito com a profissão. Hesitei em lhe perguntar sobre o gosto pela poesia, e ele, parecendo adivinhar, confessou que havia publicado alguns livros de poemas – “inteiramente despretensiosos”, frisou. Ficou de me mandar um exemplar do último, que havia lançado recentemente.</i></p> <p><i>Hoje mesmo recebi o livro, trazido em casa por um amigo comum. Os poemas são muito bons; têm uma segura de estilo que favorece a expressão depurada de finos sentimentos. Busquei entrever naqueles versos algum traço bacharelesco, alguma coisa que lembrasse a linguagem processual. Nada. Não resisti e telefonei ao meu amigo, perguntando-lhe como conseguiu elidir tão completamente sua formação e sua vida profissional, freqüentando um gênero literário que costuma impelir ao registro confessional. Sua resposta:</i></p> <p><i>– Meu caro, a objetividade que tenho de ter para julgar os outros comunica-se com a objetividade com que busco tratar minhas paixões. Ser poeta é afinar palavra justas e precisos sentimentos. Justeza e justiça podem ser irmãs.</i></p> <p style="text-align: right;"><i>E eu que nunca tinha pensado nisso...</i>          (Ariovaldo Cerqueira, inédito)</p>
<p>6. Na frase <i>Se ficou notório <u>apesar de ser tímido</u>, talvez estivesse se enganando junto com os outros (...)</i>, o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a correção, por:</p> <p>(A) tendo em vista a timidez.          (B) não obstante a timidez.          (C) em razão da timidez.          (D) inclusive a timidez.          (E) conquanto a timidez.</p>	
<p>7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) É notório que o autor do texto seja um tímido, onde se conclui de que ele está falando com o autoritarismo de sua própria experiência.          (B) Não se deve vexar os tímidos por sua timidez, porque mesmo os extrovertidos, segundo o autor, não deixam também de ser assim.          (C) Mesmo uma Elke Maravilha, afirma o autor, portará consigo um lado de timidez, por conta das extroversões em cujas se fez notória.          (D) Faz parte do humor do texto a controvérsia que o complexo de inferioridade implica em que, no fundo, trata-se de seu oposto.          (E) Nem todos concordarão com as teses do autor, mesmo porque um humorista não escreve com o fito de estabelecer verdades incontroversas.</p>	
<p>8. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Não é possível estabelecer à medida que distancia um notório tímido de um notório extrovertido.          II. Não assiste às pessoas extrovertidas o privilégio exclusivo de se fazerem notar; também as tímidas chamam a atenção.          III. Ainda que com isso não se sintam à vontade, os tímidos costumam captar a atenção de todos.</p> <p>Justifica-se o uso do sinal de crase <b>SOMENTE</b> em</p> <p>(A) II e III.          (B) I e II.          (C) I e III.          (D) I.          (E) III.</p>	<p>9. O argumento em favor da plena compatibilidade entre a linguagem da poesia e a das práticas jurídicas está formulado na seguinte frase:</p> <p>(A) <i>É juiz de direito numa grande comarca, e parece satisfeito com a profissão.</i>          (B) <i>Apesar de reconhecer essa diferença, eu o animava, sem muita convicção (...)</i>          (C) <i>(...) têm uma segura de estilo que favorece a expressão depurada de finos sentimentos.</i>          (D) <i>(...) conseguiu elidir tão completamente sua formação e sua vida profissional (...)</i>          (E) <i>Justeza e justiça podem ser irmãs.</i></p>

<p>10. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:</p> <p>(A) <i>não lhes travava o talento</i> = não ia ao encontro de seu potencial.</p> <p>(B) <i>“inteiramente despreziosos”, frisou</i> = “em nada intencionais”, aludiu.</p> <p>(C) <i>têm uma segura de estilo</i> = manifestam uma esterilidade.</p> <p>(D) <i>como conseguiu elidir</i> = como logrou obliterar.</p> <p>(E) <i>impelir ao registro confessional</i> = demover o plano das confissões.</p>	<p>14. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Meu amigo juiz escrevia poemas <u>que o</u> estilo de linguagem era muito depurado.</p> <p>(B) Expressava-se numa linguagem poética <u>em que</u> ele se obrigara a ser contido e disciplinado.</p> <p>(C) Logo recebi o livro de poemas <u>nos quais</u> o grande valor expressivo eu sequer desconfiava.</p> <p>(D) Surpreendeu-me que tivesse escrito poemas <u>em cujos</u> não havia vestígio de academicismos.</p> <p>(E) Meu amigo deu-me uma explicação <u>à qual</u> pude aproveitar uma lição muito original.</p>
<p>11. A afirmação feita pelo juiz de que a objetividade para julgar alguém comunica-se com a objetividade poética na expressão das paixões salienta sua convicção de que</p> <p>(A) não há distinção visível entre as duas atividades.</p> <p>(B) um julgamento é permeado pelos puros sentimentos.</p> <p>(C) a oposição entre ambas as situações reforça-as mutuamente.</p> <p>(D) a linguagem confessional serve a ambas as situações.</p> <p>(E) a busca de precisão é indispensável nos dois casos.</p>	<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do <b>plural</b> para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Entre as várias qualidades de seus poemas ..... (<b>destacar-se</b>), acima de todas, a virtude da contenção.</p> <p>(B) Como não ..... (<b>haver</b>) de surpreender, em seus poemas, a precisão dos recursos estilísticos?</p> <p>(C) Aos poetas confessionais ..... (<b>costumar</b>) apresentar-se o risco de excessos emotivos.</p> <p>(D) Mais que tudo me ..... (<b>agradar</b>), naquele livro, os recursos formais que intensificavam o lirismo.</p> <p>(E) As duas práticas a que ..... (<b>fazer</b>) referência o texto não são, de fato, inconciliáveis.</p>
<p>12. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) O autor nunca teria suspeitado que seu amigo viesse a se revelar um poeta extremamente expressivo.</p> <p>(B) Embora anime seu amigo, o autor não revelara plena convicção de que um juiz podia ser um grande poeta.</p> <p>(C) O autor logo recebera em casa o último livro de poemas que seu amigo lhe prometeu enviar.</p> <p>(D) Naqueles poemas não se notava qualquer traço bacharelesco que viria a toldar o estilo preciso e depurado dos versos.</p> <p>(E) Ainda que busque entrever algum excesso de formalismo nos poemas do amigo, o autor não os tinha encontrado.</p>	<p>16. Começa a executar a partir da ROM quando o <i>hardware</i> é ligado. Exerce a função de identificar o dispositivo do sistema a ser inicializado para, em última instância, executar o carregador de <i>boot</i>. Este enunciado define</p> <p>(A) o kernel.</p> <p>(B) o BIOS.</p> <p>(C) o drive.</p> <p>(D) a RAM.</p> <p>(E) o sistema operacional.</p>
<p>13. Todas as formas verbais estão corretamente empregadas e flexionadas na frase:</p> <p>(A) Não há nada que impela mais ao registro confessional da linguagem do que uma vocação poética essencialmente lírica.</p> <p>(B) O juiz disse ao amigo que lhe conviria freqüentar as duas linguagens, a poética e a jurídica.</p> <p>(C) Constatou que nos poemas não se vislumbrava qualquer marca que adviesse da formação profissional do amigo.</p> <p>(D) O juiz lembrou ao amigo que o ofício de poeta não destitue de objetividade o ofício de julgar.</p> <p>(E) Nem bem se detera na leitura dos poemas do amigo e já percebera que se tratava de uma linguagem muito depurada.</p>	<p>17. O Windows XP possui um componente chamado “restauração do sistema” que atua sobre o <i>registry</i>. Esse componente salva periodicamente, além de outros estados de <i>software</i>,</p> <p>(A) os barramentos.</p> <p>(B) a memória RAM.</p> <p>(C) o <i>boot</i>.</p> <p>(D) os <i>hives</i>.</p> <p>(E) o HD.</p>

<p>18. FAT, RAID e FTP são siglas aplicáveis, respectivamente, a</p> <p>(A) sistema de arquivo, redundância de armazenamento de dados e topologia de rede.</p> <p>(B) sistema de rede, sistema de arquivo e transferência de arquivo remoto.</p> <p>(C) sistema de rede, redundância de armazenamento de dados e sistema de arquivo.</p> <p>(D) protocolo de rede, redundância de armazenamento de dados e topologia de rede.</p> <p>(E) sistema de arquivo, redundância de armazenamento de dados e transferência de arquivo remoto.</p>	<p>22. A exibição de um * (asterisco) em um determinado campo da barra de status da planilha BrOffice.org Calc indica que apenas</p> <p>(A) o documento novo ainda não foi salvo.</p> <p>(B) as alterações no documento ainda não foram salvas.</p> <p>(C) o documento novo ainda não tem nome com a extensão .ods.</p> <p>(D) o documento novo ainda não tem nome com a extensão .ods ou as alterações no documento ainda não foram salvas.</p> <p>(E) o documento novo ou as alterações no documento ainda não foram salvas.</p>
<p>19. A configuração de rede mais adequada para conectar computadores de</p> <p>– um pavimento</p> <p>– um estado</p> <p>– uma nação</p> <p>é, respectivamente:</p> <p>(A) LAN, WAN, WAN.</p> <p>(B) LAN, LAN, WAN.</p> <p>(C) LAN, LAN, LAN.</p> <p>(D) WAN, WAN, LAN.</p> <p>(E) WAN, LAN, LAN.</p>	<p>23. A personalização do Mozilla Thunderbird 2, por meio do gerenciamento de extensões e temas em um único lugar, ficou facilitada com o novo</p> <p>(A) Gerenciador de Interfaces.</p> <p>(B) Gerenciador de Complementos.</p> <p>(C) Painel de Visualização.</p> <p>(D) Painel de Configurações.</p> <p>(E) Navegador de Mensagens.</p>
<p>20. O protocolo mais comum utilizado para dar suporte ao correio eletrônico é o</p> <p>(A) HTTP.</p> <p>(B) NTFS.</p> <p>(C) SMTP.</p> <p>(D) SNMP.</p> <p>(E) FTP.</p>	<p>24. A função <i>Live Bookmarks</i> do Mozilla Firefox 2 permite receber</p> <p>(A) atualizações automáticas do navegador.</p> <p>(B) extensões de segurança.</p> <p>(C) extensões de personalização.</p> <p>(D) <i>feeds</i> de RSS no navegador.</p> <p>(E) suporte multi-plataforma.</p>
<p>21. Quando o modo de substituição do editor BrOffice.org Writer estiver ativado, o cursor de texto terá o formato de</p> <p>(A) uma linha vertical intermitente.</p> <p>(B) uma linha horizontal intermitente.</p> <p>(C) um bloco intermitente.</p> <p>(D) um bloco fixo.</p> <p>(E) uma linha horizontal fixa.</p>	<p>25. O <i>software</i> que infecta um computador, cujo objetivo é criptografar arquivos nele armazenados e, na seqüência, cobrar um resgate do usuário para fornecer uma senha que possibilite decifrar os dados, é um <i>malware</i> do tipo</p> <p>(A) <i>trojan</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(B) <i>backdoor</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(C) <i>worm</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(D) <i>trojan</i>, denominado <i>spyware</i>.</p> <p>(E) <i>backdoor</i>, denominado <i>spyware</i>.</p>

<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Direito Constitucional</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p>
<p>26. No que diz respeito aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, NÃO é considerado elemento da reunião, em local aberto ao público,</p> <p>(A) o tempo.                  (B) a pluralidade de participantes.                  (C) a autorização prévia.                  (D) a finalidade.                  (E) o lugar.</p>	<p>31. Sobre a anulação do ato administrativo, é correto afirmar:</p> <p>(A) A Administração não pode anular os seus próprios atos.                  (B) Os atos vinculados não são passíveis de anulação.                  (C) A anulação nunca produz efeitos retroativos à data em que foi decretada a nulidade.                  (D) A anulação deve ocorrer quando há vício no ato, relativo à legalidade ou à legitimidade.                  (E) O Poder Judiciário, no exercício da função jurisdicional, não pode anular ato administrativo, só pode revogá-lo.</p>
<p>27. A liberdade da definição da forma de administração do sindicato corresponde ao direito de</p> <p>(A) exercício de atividade sindical na empresa.                  (B) auto-organização sindical.                  (C) estabilidade provisória.                  (D) liberdade de inscrição sindical.                  (E) proteção sindical.</p>	<p>32. Determinado funcionário público é deslocado, de ofício, para outro local de trabalho, sem mudança de cargo, porém, no âmbito do mesmo quadro. Esse deslocamento, de acordo com a Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, configura o instituto da</p> <p>(A) deslocação.                  (B) redistribuição.                  (C) transferência.                  (D) substituição.                  (E) remoção.</p>
<p>28. No que concerne à Organização do Estado, se um Estado for dividido em vários novos Estados-membros, todos com personalidades diferentes, desaparecendo por completo o Estado-originário, ocorrerá a hipótese de alteração divisória interna denominada</p> <p>(A) desmembramento-anexação.                  (B) fusão.                  (C) cisão.                  (D) desmembramento-formação.                  (E) contração.</p>	<p>33. De acordo com a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a competência</p> <p>(A) é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.                  (B) para decisão de recursos administrativos é delegável.                  (C) não pode ser delegada para órgão que não seja hierarquicamente subordinado ao órgão delegante.                  (D) para edição de atos normativos pode ser delegada.                  (E) pode ser feita por ato interno, desnecessária a sua publicação.</p>
<p>29. A prerrogativa constitucional que protege o Deputado Federal em todas as suas manifestações que guardem relação com o exercício do mandato, exteriorizadas no âmbito do Congresso Nacional, é classificada como imunidade</p> <p>(A) relativa.                  (B) formal.                  (C) residual.                  (D) material.                  (E) obstativa.</p>	<p>34. Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito,</p> <p>(A) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da lei que trata deste assunto.                  (B) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.                  (C) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.                  (D) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.                  (E) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.</p>
<p>30. Nos crimes de responsabilidade, após ser admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, o Presidente da República será submetido a julgamento perante</p> <p>(A) a Câmara dos Deputados.                  (B) o Senado Federal.                  (C) o Supremo Tribunal Federal.                  (D) o Superior Tribunal de Justiça.                  (E) o Tribunal Superior Eleitoral.</p>	

<p>35. Em igualdade de condições no processo de licitação, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos</p> <p>(A) ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país; produzidos no país; produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos ou prestados por empresas brasileiras.</p> <p>(B) no país; produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.</p> <p>(C) ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos no país; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.</p> <p>(D) ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos no país; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.</p> <p>(E) no país; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país; produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos ou prestados por empresas brasileiras.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Civil</b></p> <p>38. A respeito da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, considere:</p> <p>I. O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa empenhada.</p> <p>II. A obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.</p> <p>III. A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.</p> <p>IV. Dependem de homologação as sentenças meramente declaratórias do estado das pessoas proferidas no estrangeiro.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>36. Considere os conceitos abaixo, para os efeitos da Lei de Licitações:</p> <p>I. Obras ou serviços feitos pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios.</p> <p>II. Quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.</p> <p>Estes conceitos referem-se, respectivamente, à</p> <p>(A) empreitada integral e à empreitada por preço global.</p> <p>(B) empreitada por preço global e à tarefa.</p> <p>(C) execução indireta e à empreitada integral.</p> <p>(D) execução direta e à tarefa.</p> <p>(E) execução direta e à empreitada por preço global.</p>	<p>39. De acordo com o Código Civil brasileiro, a respeito da sociedade limitada, é correto afirmar:</p> <p>(A) A destituição dos administradores depende dos votos correspondentes a, no mínimo, 3/4 do capital social.</p> <p>(B) A modificação do contrato social depende dos votos correspondentes à unanimidade do capital social.</p> <p>(C) A assembléia dos sócios será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.</p> <p>(D) As deliberações infringentes do contrato ou da lei não tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente a aprovaram.</p> <p>(E) Qualquer sócio, por si ou na condição de mandatário, pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente.</p>
<p>37. Referente à fase externa do pregão, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos.</p> <p>(B) Do aviso para convocação dos interessados constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital.</p> <p>(C) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será superior a oito dias úteis.</p> <p>(D) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.</p> <p>(E) Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.</p>	<p>40. A respeito do inadimplemento das obrigações, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.</p> <p>(B) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir do momento em que for interpelado judicial ou extrajudicialmente.</p> <p>(C) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.</p> <p>(D) Considera-se em mora o credor que não quiser receber o pagamento, no tempo, lugar e forma que a convenção estabelecer.</p> <p>(E) Nas obrigações negativas, o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que devia se abster.</p>

41. Os partidos políticos, as associações públicas e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito
- privado.
  - privado, público e público, respectivamente.
  - público, privado e privado, respectivamente.
  - público.
  - privado, público e privado, respectivamente.

**Direito Processual Civil**

42. Suspende-se o processo
- pela perda da capacidade processual de qualquer das partes.
  - pela convenção de arbitragem.
  - quando a ação for considerada intransmissível por expressa disposição legal.
  - pela paralisação por mais de um ano por negligência das partes.
  - quando o juiz acolher a alegação de perempção.

43. Numa petição inicial, foram formulados dois pedidos para os quais a lei processual estabelece tipos diversos de procedimentos. Nesse caso,
- será permitida a cumulação de pedidos, independentemente do tipo do procedimento, se os pedidos forem compatíveis entre si.
  - não será permitida a cumulação de pedidos.
  - será permitida a cumulação de pedidos, independentemente do tipo do procedimento, se o mesmo juiz for competente para deles conhecer.
  - será permitida a cumulação de pedidos, independentemente do tipo do procedimento, se entre eles houver conexão.
  - admitir-se-á a cumulação de pedidos, se o autor empregar o procedimento ordinário.

44. Considere:
- Testemunhas arroladas pelo autor.
  - Testemunhas arroladas pelo réu.
  - Depoimento pessoal do autor.
  - Depoimento pessoal do réu.
  - Esclarecimentos do assistente técnico do autor.
- De acordo com o Código de Processo Civil, essas provas serão produzidas na audiência na seguinte ordem:
- V, IV, III, II e I.
  - III, IV, I, II e V.
  - V, III, IV, I e II.
  - I, II, III, IV e V.
  - III, I, V, IV e II.

45. Na execução de quantia certa contra devedor solvente, a penhora poderá recair sobre
- seguro de vida.
  - quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 salários mínimos.
  - honorários de profissional liberal superior a 20 salários mínimos.
  - aplicações em fundo de renda fixa de valor inferior a 20 salários mínimos.
  - proventos de aposentaria de valor superior a 30 salários mínimos.

**Direito do Trabalho**

46. Considere:
- Estabilidade provisória assegurada ao empregado acidentado.
  - Estabilidade provisória assegurada à empregada gestante.
  - Vale-transporte.
  - Adicional noturno e intervalo intrajornada.
  - Seguro-desemprego.

Em regra, são assegurados ao empregado doméstico os benefícios indicados APENAS em

- I, II, III e V.
- II, III e V.
- II e III.
- I, II e IV.
- III, IV e V.

47. Tratando-se de empregado com estabilidade de emprego que foi dispensado sem justa causa, no caso de se converter a reintegração em indenização dobrada, o direito aos salários é assegurado até a data
- da primeira decisão que determinou essa conversão.
  - da última decisão no processo de conhecimento que determinou essa conversão.
  - do trânsito em julgado da sentença proferida na reclamação trabalhista.
  - da liquidação da sentença na fase executória.
  - do recebimento de Recurso Ordinário, e não havendo recurso, até a data do trânsito em julgado da sentença.

48. Considere:
- Os depósitos do FGTS são corrigidos monetariamente, além de se capitalizarem juros de 12% ao ano.
  - A parcela do FGTS não incide sobre o período contratual resultante da projeção do aviso.
  - O parâmetro de cômputo do FGTS corresponde a 8% do complexo salarial mensal do obreiro, a par da média de gorjetas habitualmente recebidas, se houver.
  - É permitido o saque do FGTS quando o trabalhador alcançar idade igual ou superior a setenta anos.

Está correto o que consta APENAS em

- I, II e III.
- II, III e IV.
- II e IV.
- III e IV.
- I e II.



<p>49. NÃO comporá a remuneração das férias</p> <p>(A) o adicional noturno pago com habitualidade.</p> <p>(B) as comissões.</p> <p>(C) o salário-prêmio.</p> <p>(D) as gorjetas.</p> <p>(E) o vale-transporte.</p>	<p>52. Com relação à extinção do contrato individual de trabalho em razão da prática, pelo empregado, de ato considerado falta grave caracterizador da justa causa da respectiva rescisão, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em regra, o período a ser considerado para a caracterização do abandono de emprego é de 10 dias.</p> <p>(B) A insubordinação está relacionada ao descumprimento de ordens gerais de serviço.</p> <p>(C) Para haver justa causa, é preciso que o empregado seja condenado criminalmente, embora a sentença criminal não tenha transitado em julgado.</p> <p>(D) A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.</p> <p>(E) Praticar ato de improbidade e mau procedimento o empregado que assedia sexualmente seu colega de trabalho.</p>
<p>50. Joana possui 18 anos de idade. Catarina tem 21 anos de idade. Débora possui 13 anos de idade. João tem 23 anos de idade. Jean possui 30 anos de idade e é portador de deficiência. Nesses casos, estão compreendidos entre a idade mínima e a idade máxima prevista na legislação para celebrarem contrato de aprendizagem</p> <p>(A) Joana, Catarina, Débora, João e Jean.</p> <p>(B) Joana, Catarina, João e Jean, apenas.</p> <p>(C) Joana e Catarina, apenas.</p> <p>(D) Débora e Joana, apenas.</p> <p>(E) Joana, Catarina e Jean, apenas.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Processual do Trabalho</b></p> <p>53. A respeito da composição do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) O juiz que integrar por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas, a lista de promoção não será obrigatoriamente promovido e nomeado para o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) É composto por 17 Ministros, nomeados pelo Presidente da República entre magistrados da Justiça do Trabalho, membros do Ministério Público do Trabalho e advogados.</p> <p>(C) Um quinto dos Ministros serão escolhidos entre advogados, um quinto entre membros do Ministério Público do Trabalho e três quintos entre Juízes do Trabalho.</p> <p>(D) A escolha dos Ministros da carreira de Juiz do Trabalho pode recair em juízes oriundos do Ministério Público do Trabalho ou de advogados já integrantes dos Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>(E) O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho será nomeado pelo Presidente da República, com mandato de 2 (dois) anos, dentre os integrantes do Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>51. Com relação ao contrato de trabalho por prazo determinado, considere:</p> <p>I. Caberá aviso prévio nos contratos por prazo determinado que contenham cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão.</p> <p>II. Em regra, o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de dois anos.</p> <p>III. O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser prorrogado sob pena de ser considerado contrato por prazo indeterminado.</p> <p>IV. Em regra, considera-se por prazo indeterminado todo contrato por prazo determinado que suceder, dentro de seis meses, outro contrato também por prazo determinado.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I e II.</p>	<p>54. Compete à Justiça do Trabalho julgar as causas relativas</p> <p>(A) ao não pagamento do benefício de auxílio-desemprego por parte do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.</p> <p>(B) a acidentes do trabalho propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.</p> <p>(C) às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelo órgão de fiscalização das relações de trabalho.</p> <p>(D) a acidentes do trabalho promovidas contra empresas públicas ou sociedades de economia mista.</p> <p>(E) a processo criminal relativo a falso testemunho em processo trabalhista.</p>

55. Uma reclamação trabalhista foi julgada improcedente, tendo a sentença sido publicada em audiência realizada no dia 18 de dezembro. Dia 19 de dezembro foi dia útil. De 20 de dezembro a 6 de janeiro ocorreu o recesso da Justiça do Trabalho. Dia 7 de janeiro foi segunda-feira, dia útil. Nesse caso, de acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o prazo para interposição de recurso ordinário expirou-se no dia

- (A) 7 de janeiro.
- (B) 10 de janeiro.
- (C) 9 de janeiro.
- (D) 8 de janeiro.
- (E) 14 de janeiro.

56. Considere:

- I. O reclamante juntou documento com a petição inicial, cuja assinatura foi impugnada pelo reclamado na contestação.
- II. O reclamado alega ter terminado o contrato de trabalho e o reclamante sustenta a continuidade de sua vigência.
- III. O reclamante pleiteia horas-extras que o reclamado alega não serem devidas em razão do exercício de cargo de direção.

Em tais situações, o ônus da prova é do

- (A) reclamado.
- (B) reclamante, reclamado e reclamante, respectivamente.
- (C) reclamado, reclamante e reclamado, respectivamente.
- (D) reclamante, reclamado e reclamado, respectivamente.
- (E) reclamante.

57. A respeito da prova testemunhal, é correto afirmar:

- (A) Quando se tratar de ação proposta contra vários empregadores, cada reclamado poderá ouvir até 3 (três) testemunhas.
- (B) Nos dissídios individuais plúrimos, cada um dos reclamantes que propuser a ação conjuntamente poderá ouvir até 3 (três) testemunhas.
- (C) Se cada uma das partes já tiver ouvido 3 (três) testemunhas, o juiz não pode determinar a oitiva de outras testemunhas referidas.
- (D) O juiz não pode indeferir inquirição de testemunhas sobre fatos que considerar já provados pela prova testemunhal.
- (E) Se a testemunha não souber falar a língua nacional, será obrigatória a convocação de tradutor público juramentado.

58. O reclamado não compareceu à audiência de instrução, mas, no dia seguinte, apresentou contestação. O juiz indeferiu a juntada desta por ser intempestiva e determinou que se aguardasse a audiência de julgamento já designada. Contra esse indeferimento, o reclamado

- (A) poderá interpor recurso ordinário.
- (B) não poderá interpor recurso, por tratar-se de despacho irrecorrível.
- (C) poderá interpor agravo de instrumento.
- (D) poderá interpor agravo de petição.
- (E) poderá interpor agravo retido.

59. Considere:

- I. O reclamante pleiteia o pagamento de verbas rescisórias; o reclamado pretende o ressarcimento de danos dolosos causados pelo reclamante e que foram a causa de sua despedida.
- II. O reclamante pleiteia o pagamento de horas-extras e férias proporcionais; o reclamado quer a devolução do veículo cedido ao reclamante para uso em serviço.
- III. O reclamante pleiteia o pagamento de verbas rescisórias; o reclamado pretende receber dívida contraída pelo reclamante em jogo realizado no recinto da empresa.
- IV. O reclamante pleiteia o pagamento de verbas rescisórias; o reclamado pretende seja o empregado condenado por crimes de furto cometidos pelo reclamante no interior da empresa contra outros empregados.

O reclamado pode apresentar reconvenção nas hipóteses indicadas APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

60. A respeito da estrutura da sentença, é INCORRETO afirmar:

- (A) O relatório deverá indicar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, bem como das principais ocorrências existentes no processo.
- (B) Na decisão, o juiz deve indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação, inclusive o limite da responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária.
- (C) O juiz deverá decidir tudo que tiver sido alegado pelas partes na inicial e na contestação, mas só poderá decidir além do pedido se o fizer em favor do reclamante.
- (D) No procedimento sumaríssimo, a sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- (E) Os juros de mora e a correção monetária devem constar da parte dispositiva da sentença, ainda que o reclamante não tenha feito pedido expresso a respeito na petição inicial.

